

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS / ICE  
Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática

ODON HELENO TEIXEIRA REZENDE

**O ENSINO DE EDUCAÇÃO FISCAL EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA  
ESCOLAR**

JUIZ DE FORA

2019

ODON HELENO TEIXEIRA REZENDE

**O ENSINO DE EDUCAÇÃO FISCAL EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA  
ESCOLAR**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática, do Departamento de Matemática, Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Orientador:** Amarildo Melchiades da Silva

JUIZ DE FORA

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rezende, Odon Heleno Teixeira.

O ENSINO DE EDUCAÇÃO FISCAL EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR / Odon Heleno Teixeira Rezende. -- . 31 f.

Orientador: Amarildo Melchiades da Silva  
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Exatas.  
Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática, .

1. Educação Financeira Escolar. 2. Educação Fiscal. I. Silva, Amarildo Melchiades da, orient. II. Título.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

ODON HELENO TEIXEIRA REZENDE

### **O ENSINO DE EDUCAÇÃO FISCAL EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR**

Monografia apresentada à Banca Examinadora designada pela comissão de Monografia do curso de Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática, ICE/UFJF, aprovada em 14/06/2019.

---

Amarildo Melchhiades da Silva  
(Orientador)

---

Glauker Menezes de Amorim

---

Marco Antônio Escher

Juiz de Fora, 14 de junho de 2019.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora pelo ambiente criativo e amigável que proporciona, direção e administração que estão oportunizando um crescimento de aprendizagem elevado com mérito e ética; aos colegas da faculdade, pela convivência e contribuições para superar as dificuldades que muitas vezes, foram comum a todos.

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade. Paulo Freire

## RESUMO

Este trabalho surgiu do entendimento de que a Educação Fiscal é um tema importante no contexto de educar financeiramente estudantes no ambiente escolar, na formação do cidadão consciente em um amplo projeto educativo, a fim de propiciar um bem social, tomando como entendimento a criticidade no exercício da cidadania, nos gastos públicos, ou seja, um aluno ativo e cidadão fiscalizador protagonista. Esta pesquisa teve como objetivo investigar o que é a Educação Fiscal e argumentar sobre a validação deste tema no currículo da Educação Financeira Escolar. A metodologia utilizada a pesquisa bibliográfica tendo como base de estudo os cadernos do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) da Escola de Administração Fazendária (Esaf).

**Palavras-chave:** Educação Financeira Escolar; Educação Fiscal

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 O ENSINO DE EDUCAÇÃO FISCAL EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR....	12
3 MISSÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL .....	14
4 EDUCAÇÃO FISCAL E A SOCIEDADE DE CONSUMO .....	16
5 EDUCAÇÃO FISCAL E EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR .....	19
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23
REFERÊNCIAS .....	24



## 1 – INTRODUÇÃO

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005), Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com informação, formação e orientação possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem – estar e, assim, tenham a possibilidade de contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

Espera-se que a mudança de postura alcançada a partir de competências desenvolvidas pela Educação Financeira possa ajudar as pessoas a resolver seus desafios cotidianos. O cotidiano acontece sempre em um espaço e um tempo determinados. Estando a Educação Financeira comprometida com esse cotidiano, sugere-se que seja estudada segundo as dimensões espacial e temporal. Na dimensão espacial, os conceitos da Educação Financeira são tratados tomando como ponto de partida o impacto das ações individuais sobre o contexto social, ou seja, das partes com o todo e vice-versa. Esta dimensão compreende ainda os níveis individual, local, regional, nacional e global, que se encontram organizados de modo inclusivo. Na dimensão temporal, os conceitos são abordados a partir da noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos que permitirá perceber o presente não somente como fruto de decisões tomadas no passado, mas também como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas conseqüências e resultados – positivos e negativos – serão colhidos no futuro.

O Ensino de Educação Fiscal em Educação Financeira Escolar permite a valorização social e o despertar a criticidade, a transparência, a moralidade, a integração dos valores e o papel social no exercício da cidadania propondo uma cultura materializada no que abrange o sistema educacional alicerçado na necessidade de compreensão da situação escolar para o efetivo exercício da cidadania, visando ao constante aprimoramento da relação participativa e consciente de direitos e deveres, fontes de financiamento, consumismo, orçamento individual e controle de gastos e do dinheiro.

De acordo com os documentos produzidos pela OCDE, o currículo de Educação Financeira é apresentado como possibilidade de reforçar as ações brasileiras de inserção do

assunto nas escolas públicas e o entendimento do que vem a ser Educação Financeira foi expresso nos seguintes termos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): educação financeira é o processo pelo qual os consumidores financeiros/investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento, objetivos desenvolvam as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem estar financeiro. (OECD,2005b).

O Ensino de Educação Fiscal em Educação Financeira na escola deve ser visto como um processo transparente para entrada e controle do dinheiro, avaliação e aplicação dos recursos, discussão da necessidade do que comprar, fiscalização da movimentação financeira, ou seja, a comunidade escolar tem uma participação ativa em como utilizar efetivamente os serviços financeiros e conhecer essas obrigações financeiras, tomar conhecimento do funcionamento e fiscalizar de perto o planejamento dos gastos. É de suma importância o envolvimento de professores, alunos, comunidade escolar nos assuntos referentes à gestão administrativa e financeira, o que muito contribuirá para a formação de todos em gerir suas finanças podendo usufruir de uma vida econômica saudável.

Nitidamente percebe-se que o objetivo da Educação Financeira é totalmente voltado para a formação do aluno/cidadão que saberá gerir suas finanças podendo usufruir de uma vida econômica saudável.

O foco do ensino de Educação Fiscal e Financeira Escolar está em finanças pessoais, buscando de maneira pragmática introduzir os alunos no mundo do sistema financeiro dos adultos e discutir as questões financeiras rotineiras que enfrentam no seu dia a dia.

É necessário que você vá se situando, momento a momento, nos diferentes estágios e circunstâncias da educação fiscal visto que a movimentação financeira escolar se apresenta na proposta impregnada em diferentes aspectos da vida real e em situações significativas.

Essa preocupação fez com que essa proposta de disseminador da educação fiscal fosse estruturada a um convite de leituras, reflexões e discussões acerca do tema, através da inserção da Educação Financeira nas escolas.

O interesse em investigar o tema da monografia está em entender a importância da Educação Financeira na formação dos estudantes, mas também, na maneira que o ensino desse assunto vai acontecer no ambiente escolar, respeitando a diversidade econômica e cultural através do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF - participação do aluno na gestão pública.

O cidadão educado, informado, pode melhor desenvolver o espírito crítico em relação às ações do Estado e, da mesma forma, o espírito participativo na sociedade em que esteja inserido.

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o que é a Educação Fiscal e argumentar sobre a validação deste tema no currículo da Educação Financeira Escolar.

A metodologia utilizada para coleta de dados foi fundamentada em pesquisas bibliográficas exploratórias em textos, artigos e na rede de informações da internet, abarcando entre outros materiais sítios educacionais e um material pedagógico composto por quatro cadernos integrado ao Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) da Escola de Administração Fazendária (Esaf).

Deve-se discutir o Ensino de Educação Fiscal em Educação Financeira Escolar como ponto de partida estabelecendo temas que envolvam dinheiro e nossa relação com ele e sugerindo que qualquer proposta que for implantada em nossas escolas deverá estar em constante mudança.

## **2 - O ENSINO DE EDUCAÇÃO FISCAL EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR**

A Educação Fiscal propõe uma cultura materializada permitindo a valorização social pautada nos valores para preservação democrática e desenvolvimento do cidadão, em particular abrangendo o sistema educacional como maior contribuinte para os males da sociedade, em uma conscientização de uma prática pedagógica democrática e libertadora.

Desenvolver o papel social, requer respeitar a diversidade econômica, cultural e transpondo a educação fiscal como agente de independência financeira e seriedade na aplicação de recursos, investimentos, desconstruindo assim um cenário desumanizador seja na Educação Escolar ou na sociedade em que vivemos.

A educação fiscal desperta a consciência para o pleno exercício da cidadania, proporcionando-lhe conhecimentos sobre tributos com o intuito de formar cidadãos conscientes e participativos no processo produtivo do Estado e no acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados em benefício da sociedade seja no campo social ou econômico como garantia de uma democratização, citando como um simples exemplo a incentivação dos alunos na arrecadação de notas fiscais e qual sua importância na Educação Financeira Escolar.

É um exercício diário levarmos para sala de aula questionamentos e abordarmos assuntos da educação fiscal de maneira contextualizada a importância de sermos cidadãos

fiscalizadores de nossos direitos, nossas contribuições e instigarmos a educação financeira fiscal na própria escola, nos lares, nas ruas e atentarmos constantemente que somos colaboradores para que a fiscalização seja cumprida e que o ponto de partida é a escola. Nitidamente percebe-se a importância pró ativa do cidadão fiscalizador e necessariamente dos seus direitos e deveres contribuindo coletivamente para harmonizar e equilibrar de maneira solidária a arrecadação, gastos, orçamentos, despesas, investimentos, fluidez e principalmente uma efetividade de ações promissoras para a sociedade.

Educação Fiscal deve ser compreendida como uma abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, estimulando o cidadão a compreender o seu dever de contribuir solidariamente em benefício do conjunto da sociedade e, por outro lado, estar consciente da importância de sua participação no acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e o Estado arrecadador. PNEF (2008, p.3)

A Educação Fiscal pode ser entendida tanto em uma abordagem ampla como estrita O Programa Nacional de Educação Fiscal, ao referir-se à abordagem lato sensu, afirma que a Educação Fiscal “deve tratar da compreensão do Estado, suas origens, seus propósitos do controle da sociedade sobre o gasto público, uma vez que a participação social só ocorre no ambiente democrático” (PNEF, 2008, p. 2).

A Educação Fiscal se alinha a um amplo projeto educativo, com o objetivo de propiciar o bem estar social, consequência da consciência cidadã e da construção crítica de conhecimentos específicos sobre os direitos e deveres do cidadão, em busca da efetivação do princípio constitucional da dignidade humana.

Desta forma, possibilita-se que o educando passe a perceber com maior nitidez o caráter público das ações educativas, as fontes de financiamento da educação e a forma como os recursos do Estado são geridos. Busca-se a compreensão de que os recursos públicos advêm dos tributos que todos pagamos e de que estes são limitados. Daí a necessidade de atitudes simples, mas conscientes, como por exemplo, ter cuidado com as instalações à disposição da população, pois o que é público pertence a todos nós.

Toda escola insere-se dentro de uma comunidade, fazendo parte dela e sendo constituída por esta mesma comunidade. A leitura do mundo que precede a leitura da escrita, é a leitura do mundo onde se está, onde se vive. Essa leitura inicia-se com o processo individual e coletivo de leitura do seu entorno, compreendendo-o e discutindo o universo local em que a escola está inserida. Nesse contexto, o entorno da escola é parte fundamental no

exercício desses olhares assim como a comunidade que ali habita. Podemos investigar a prestação de serviços públicos no entorno da escola. Seguem algumas sugestões: – há saneamento básico no entorno da escola? Sistema de esgoto? Acesso à água tratada? Observando que esses aspectos impactam diretamente na saúde preventiva da comunidade; – há postos de saúde na comunidade? Caso haja, qual a avaliação da comunidade quanto à qualidade da prestação do serviço?; – o entorno da escola é suficientemente arborizado? Existe algum rio, córrego, fonte de água natural no entorno? Caso haja, como está sendo tratado?; – há terrenos baldios que têm funcionado como depósitos de lixo e matos? Isso possibilita a proliferação de insetos e ratos, impactando diretamente na saúde da comunidade local; – há iluminação pública suficiente no entorno da escola? Caso não haja, qual a incidência de crimes (assalto, estupros, consumo de drogas) cometidos no seu entorno?; – há postos de segurança pública no entorno da escola? Caso haja, como acontece a interação da segurança pública com a comunidade local?; – A comunidade dispõe de creches para acolher suas crianças?; – há áreas de lazer no entorno da escola, como quadras de esportes, praças arborizadas? – há transporte público disponível no entorno da escola? (PNEF, 2008, p. 25).

Somos todos colaboradores exercendo uma função social, política, econômica e democrática como gestores em aplicabilidade fiscal, certos de que o comprometimento com nossas ações irão repercutir em sintonia na aquisição, aplicação de dinheiro, serviços públicos de qualidade, controle social e atuação no exercício de cidadãos críticos e comprometidos com uma sociedade igualitária e ética.

A Educação Fiscal se expressa como um desafio educacional contemporâneo de grande relevância, tendo-se em vista que aborda aspectos presentes na vida cotidiana dos educadores e educandos.

Enfatiza-se um instrumento de uma visão cidadã educacional alicerçada em valores morais com objetivo comum de despertar a criticidade e cidadania democrática.

A Educação Fiscal pretende harmonizar a relação Estado/cidadão, tornando-a produtiva por meio da consciência da essencialidade do Estado, de seu funcionamento e de suas funções sociais; da função socioeconômica dos tributos, como recursos colocados à disposição do governo para o cumprimento de sua missão; da gestão e da destinação do dinheiro dos impostos, da propriedade e da utilidade dessas aplicações; da certeza de que os bens públicos são da sociedade e não do governo; de que todos nós consumidores somos contribuintes, e do direito da sociedade de exercer em relação aos nossos governantes o controle social sobre sua atuação, inclusive questionando-os e sugerindo alterações, enfim exercendo plenamente a cidadania.

Esses conceitos alicerçam uma educação capaz de contribuir para a construção da cidadania, pautada pela solidariedade, ética, transparência e responsabilidade fiscal e social, onde o ser humano é superior ao Estado, contemplando reflexões sobre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a relação homem – natureza no desenvolvimento dos países.

Não se pode discutir esse assunto sem uma conscientização da sociedade para que a mesma saiba da importância da arrecadação por parte do Estado levando em consideração a importância do cidadão como dever de pagar os respectivos impostos para a máquina estatal, tomando conhecimento da função socioeconômica do tributo e aplicação deste em prol de um bem comum.

Um assunto que merece todo cuidado, pois o cidadão é protagonista com os impostos pagos e a que destino será empregado sua contribuição.

Segundo Pedro Demo (1996), “participação é conquista social”. A Educação Fiscal é uma ponte que nos liga a essa fonte de saber, uma porta que se abre para a construção de um processo de participação popular.

A Educação Fiscal promove a prática da cidadania e possibilita a inclusão social de grande parcela da população que não conhece seus direitos e deveres. E a escola deve primar pelo desenvolvimento integral dos sujeitos inseridos no ambiente escolar, o ensino deve ultrapassar a grade curricular, integrando de fato à vida das pessoas ao seu cotidiano.

### **3 - MISSÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL**

Estimular a mudança de valores, crenças e culturas dos indivíduos, na perspectiva da formação de um ser humano integral, como meio de possibilitar o efetivo exercício de cidadania e propiciar a transformação social.

É importante frisar sobre a educação para a cidadania, respeitando as multiplicidades culturais e étnicas, as possibilidades de formação integral do ser humano.

A partir do enfoque na educação como mecanismo de transformação social, deverá se nortear pelos princípios político, estético e ético das Diretrizes Curriculares Nacionais, pela legislação educacional vigente, respeitando as diretrizes nacionais, estaduais e municipais e pela autonomia das instituições de ensino

Ressalta-se examinar o papel econômico e social do sistema tributário e dos orçamentos públicos, com o objetivo de demonstrar que todos pagamos tributo e, em contrapartida, o direito de participar do processo decisório de alocação de gasto público.

No momento em que o indivíduo passa a perceber a importância de sua participação democratizando as informações sobre finanças públicas, propicia-se o acompanhamento e o controle desse gasto público. Dessa forma, assegura-se que os tributos arrecadados sejam efetivamente aplicados conforme as prioridades da população.

A construção de uma nação livre, justa e solidária depende da participação consciente de todos.

Historicamente a relação Fisco e sociedade foi pautada pelo conflito entre a necessidade de financiamento das atividades estatais e o retorno qualitativo do pagamento dos tributos.

Para atenuar essa situação, encontramos na história do Fisco, no Brasil, iniciativas no sentido de esclarecer essa relação, objetivando aumento de arrecadação e diminuição do conflito entre Estado e Sociedade. Tais iniciativas não solucionaram essa desarmonia, porém, abriram precedentes para um diálogo mais transparente.

No dia a dia as pessoas precisam de dinheiro para pagar suas compras. Esse dinheiro é recebido de várias formas: de salários, de serviços prestados, de aluguéis, de juros de poupança ou de aplicações financeiras, de empréstimos, de venda de bens. Com essas entradas de dinheiro, são realizadas as compras e os pagamentos, tais como: compras de bens, como alimentos e de serviços, como consultas médicas e escola e os pagamentos de impostos, luz, telefone ou mesmo um empréstimo a um amigo. Em alguns casos, as despesas são financiadas com empréstimos. Para poder comprar agora sem dispor de dinheiro, usa-se um cartão de crédito, um financiamento bancário, o limite do cheque especial ou empréstimo com amigos ou familiares. Dessa forma faz-se um gasto com dinheiro de terceiros, para, no futuro, pagar a dívida contraída.

Podemos então dizer que, ao receber dinheiro dessas diversas fontes e gastá-lo nesses diferentes usos, as pessoas estão executando seu orçamento individual.

No Brasil, a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços públicos ainda deixam muito a desejar, o que reforça a necessidade de maior participação cidadã na cobrança por melhores bens e serviços. O cidadão brasileiro, no entanto, não desenvolveu plenamente o hábito de prestar queixa junto aos órgãos competentes pelos serviços públicos, com os quais não tenha ficado satisfeito. Talvez isso se deva à mentalidade generalizada de que os bens e

serviços públicos são gratuitos, quando, na verdade, eles são custeados com os tributos pagos pelos cidadãos.

Essa forma de controle exercida pelo Poder Público é chamada de controle institucional, exercida por órgãos que têm a competência constitucional para fiscalizar a captação e a aplicação dos recursos públicos. Entretanto, tendo em vista a complexidade das estruturas político-sociais de um país e do próprio fenômeno da corrupção, o controle da administração pública não se deve restringir ao controle institucional. É fundamental para toda coletividade, pois, que ocorra a participação dos cidadãos e da sociedade organizada no controle do gasto público, monitorando permanentemente as ações governamentais e exigindo o uso adequado dos recursos arrecadados.

#### **4 - EDUCAÇÃO FISCAL E A SOCIEDADE DE CONSUMO**

O consumo é tratado como um direito, e todos, indistintamente, são estimulados a consumir, independentemente de sua condição para tal. O mais comum é orientar-se por padrões sociais, e não por projetos pessoais. No passado, o consumo voltava-se para bens sólidos e duráveis. Atualmente, segundo Bauman (2008), verifica-se uma instabilidade dos desejos aliada a uma insaciabilidade das necessidades, pela conseqüente tendência ao consumo instantâneo, bem como a rápida obsolescência dos objetos consumidos. Esse ambiente é desfavorável ao planejamento, ao investimento e ao armazenamento de longo prazo.

Considerando que o consumo em níveis adequados é imprescindível para o bom funcionamento da economia, a questão é torná-lo uma prática ética, consciente e responsável, equilibrada com a poupança. Consumo e poupança configuram-se como ação responsável ao levar em conta os impactos sociais e ambientais. Procura-se, assim, não transbordar problemas financeiros para o outro, não comprar produtos advindos de relações de exploração ou de empresas sem comprometimento socioambiental, reduzir o consumo desnecessário, ampliar a longevidade dos produtos possuídos, reduzir a produção de lixo e doar objetos úteis não desejados. O modo como a consciência e a responsabilidade foram aplicadas a consumo e poupança em uma clara preocupação com o outro e com as conseqüências das decisões tomadas traduz o compromisso ético da cidadania.

Bauman (2008), em *Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadorias* enfatiza no primeiro capítulo intitulado “Consumismo versus consumo”, diferencia cientificamente estes termos que, de forma geral, são tratados e usados como similares pelo



senso comum. Para ele consumismo designa estilo de vida que fixa padrões de relações “inter-humanas”, enquanto o consumo é um ato vital para a natureza humana, sempre presente nas sociedades. Assim, o consumismo não é algo natural, mas determinado por instituições que o desenvolveram até chegar ao nível em que se encontra atualmente e, se na sociedade de produtores o trabalho tornou-se alienado, na sociedade de consumidores o consumismo recebe esta classificação. O consumismo associa felicidade à satisfação de necessidades criadas pelo sistema capitalista, em volume e intensidades crescentes, levando ao surgimento de um ambiente “líquido moderno”. Nesta perspectiva, as pessoas organizam suas vidas de acordo com significados que querem alcançar, num movimento que envolve compra descarte-substituição, alimentando-se de bens e de capitais que são instigados pelo signo presente em cada mercadoria. Assim, a crítica de Bauman (2008) recai sobre o fato da sociedade de consumo oferecer ou não a felicidade para as pessoas por meio deste processo. Na sociedade de consumo as pessoas são admitidas como consumidoras e sua importância se resume a isso, ficando o papel de produtores para segundo plano. Neste sentido, a classe menos favorecida é uma baixa colateral do consumo, uma amolação e inutilidade enquanto, por outro lado, o alto padrão de consumo torna-se sinal de sucesso, caminho para uma possível felicidade que nunca será alcançada, mas sempre pretendida. Desta forma, o autor conclui enfatizando que, hoje, “... tornar-se consumidor exige um nível que dificilmente deixa tempo para as atividades que tornar-se cidadão demanda.” (p. 188)

Na sociedade de consumo quem controla é o capitalismo e o consumismo nos consome. Slater (2002, p. 17) afirma que “a cultura do consumo designa um acordo social, onde o consumidor mantém sua postura de ser conduzido, alienado pelas ofertas do sistema capitalista.

As mídias investem em propagandas, em destaque as políticas a fim de influenciar com as opiniões dos indivíduos, ou melhor, as centralizando de forma que todos pensem iguais, enfatizando que o motor do capitalismo é o consumo da sociedade, pois comprar cada vez mais, mais consumo, mais produção, mais lucro, mais uso de matérias primas.

Pois bem, preconizamos a educação financeira dos mais jovens baseada na questão histórica do uso do dinheiro e do consumo; no entendimento claro entre desejo e necessidade, no querer versus precisar; e na exemplaridade dos pais. Tudo isso leva à compreensão da interdependência que há entre a necessidade de maior consciência para o consumo e a sustentabilidade.

A “ética do consumo”, se caracteriza pela ostentação de hábitos de consumo extravagantes como forma de avaliação social positiva, status e prestígio. O desejo, por

exemplo, de sermos considerados importantes, pode muitas vezes nos motivar a viver acima de nossa capacidade financeira, fomentando um consumo pessoal e familiar direcionado para a aceitação pela sociedade por meio do exibicionismo.

Os padrões de consumo estão massificados e o consumo assume as características de consumo de massas, em que se consome o que está na moda apenas como forma de integração social.

Você fez tudo certinho. Colocou os gastos fixos em uma planilha de orçamento, mas, mesmo assim, o seu saldo teima em ficar no vermelho. Onde será que está a falha?

Trata-se do cafezinho todas as manhãs, às vezes até com clientes, da fechadura que quebrou, do almoço em um restaurante um pouco mais caro ou até mesmo pequenas compras que todo empreendedor faz para manter o seu negócio. O resultado: muitas pessoas ou famílias inteiras simplesmente não conseguem identificar onde está indo o seu dinheiro. Paga-se todas as contas do mês, as pessoas pensam que vai sobrar um dinheiro para colocar na poupança ou para pagar alguma dívida, e esse dinheiro parece que simplesmente desaparece como fumaça.

É fundamental que as pessoas criem uma estratégia de redução de custos. Identifique alguns cortes que podem ser feitos, como, por exemplo, mudar o plano de telefonia, internet, economizar energia e água, evitar desperdícios de alimentos transformando restos de legumes e carnes em sopas, e especifique valores máximos para algumas despesas como compras de supermercado e feira e atividades de lazer.

Cada cidadão ou grupo de cidadãos, isoladamente ou em conjunto com entidades ou organizações da sociedade civil, pode ser fiscal das contas públicas verificando se o Município, o Estado e a União realizaram na prática, obras, valores das notas fiscais e valores de compras e se as obras realizadas são compatíveis com os preços de mercado.

O cidadão, no exercício do controle social, deve estar atento ao cumprimento dos objetivos das políticas públicas, denunciando possíveis irregularidades aos diversos órgãos que possuem competência para atuar, conforme o caso.

A efetividade dos mecanismos de controle social depende essencialmente da capacidade de mobilização da sociedade e do seu desejo de contribuir, o que permitirá uma utilização mais adequada dos recursos financeiros disponíveis.

A participação ativa do cidadão no controle social pressupõe a transparência das ações governamentais. Para tanto, é fundamental que se construa uma gestão pública que privilegie uma relação governo-sociedade baseada na troca de informações e na corresponsabilização das ações entre o governo e o cidadão. O governo deve propiciar ao cidadão a possibilidade

de entender os mecanismos de gestão, para que ele possa influenciar no processo de tomada de decisões. O acesso do cidadão à informação simples e compreensível é o ponto de partida para maior transparência.

A transparência implica num trabalho simultâneo do governo e da sociedade: o governo, levando a informação à sociedade; a sociedade, buscando essa informação, consciente de que tudo o que é público é de cada um de nós.

## **5 - EDUCAÇÃO FISCAL E EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR**

A educação fiscal alicerçada na necessidade do bom andamento de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária na perspectiva social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos será garantida e promissora quando pautada nos saberes escolares e em consonância mais precisamente com uma Educação Financeira Escolar, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2016) no item 6 – Competências gerais da Educação Básica - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Necessita-se estabelecer um elo entre a Educação Fiscal e Educação Financeira Escolar com o propósito de cidadania, como agentes protagonistas na educação comportamental, na disseminação dessa educação fiscal vivenciada no ambiente escolar e para isso sendo financeiramente educado apropriando-se de experiências e conhecimentos podendo fazer escolhas ao próprio projeto de vida com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. Quando essas competências são exploradas, garante-se que o desenvolvimento humano está sendo de forma equitativa.

A educação fiscal está no comportamento social, econômico e moral do ser humano e no ambiente escolar deve ser compreendida como o alicerce para se ter uma vida financeiramente controlada. Aprende-se o princípio da transparência, da economicidade, da fiscalização, do olhar diferenciado para questões financeiras e orçamentárias, no aprimoramento da relação participativa, na defesa dos seus direitos e na obrigação de seus deveres, na responsabilidade com relação aos impostos, na educação fiscal no contexto social

e conseqüentemente nas mudanças desejadas e necessárias para que a educação financeira atinja um patamar de desenvolvimento sócio-econômico.

A escola insere sua participação na praticidade em promover essa educação fiscal, deixando de ser meramente conteudista, mas contribuindo para a formação de cidadãos economicamente preparados para vivenciar os direitos que lhe são atribuídos, desde que respeitando moralmente seus valores.

O Ensino da Educação Fiscal em sala de aula como prática de cidadania” busca o comprometimento com a construção da cidadania, da justiça, transparência, honestidade, eficiência, solidariedade, ética, responsabilidade fiscal e social, expressos nos seguintes pressupostos conforme Souza (2012):

Na educação – formação de um ser humano socialmente consciente. Na cidadania – estimular o crescente poder do cidadão quanto ao controle democrático do Estado, incentivando-o à participação individual e coletiva na definição de políticas públicas, controle social e na elaboração das leis a serem executadas. Na ética – uma conduta responsável, individual e coletiva que valorize o bem comum. Na política – uma gestão pública eficiente, transparente e honesta quanto à captação, à alocação e à aplicação dos recursos públicos. (SOUZA, 2012)

Com a adoção da Educação Fiscal na escola evidencia-se como o educando passa a perceber, com maior nitidez, o caráter público das ações educativas, quais as fontes de financiamento na educação no Brasil, de que forma são geridos os recursos e o estudante toma consciência de que os recursos públicos advêm dos tributos que a sua comunidade paga, que eles são limitados e, portanto, devem ser aplicados com racionalidade, descortinando um novo aprendizado quando ele passa a ter consciência do seu poder de influenciar e de decidir, consciente de seus direitos e obrigações, definindo prioridades, focando objetivos, defendendo suas ideias, negociando, adquirindo e entendendo seus limites e que o interesse do coletivo há de prevalecer sobre o individual e que muito é possível realizar desde que haja transparência, probidade e participação ativa.

É uma ilusão, alienação política desejando uma exclusão social como se o cidadão marginal tivesse dentro si uma natureza ruim, não criando condições dignas de sobrevivência, de estar inserido na sociedade, como se o fenômeno da miserabilidade fosse um ato de incompetência.

Abordar o tema da educação financeira por falta de competência ou por falta de empenho de pessoas já marginalizadas pela sociedade seria o mesmo que um serial killer da atrocidade que os alunos enfrentam no dia a dia. Não podemos nos acovardar diante de tais dificuldades e não tentarmos solucionar as questões abrangentes de exclusão e para isso,

teríamos que nos empenhar o máximo e com muita cautela para aproveitarmos dessas mazelas em defesa da liberdade política e econômica, visto que o acesso à educação financeira permanece enfrentando barreiras de cunho cultural, resquícios de um período de hiperinflação, em que as pessoas têm que gastar tudo que ganham para não ver a moeda perder seu poder de compra.

Bastaria universalizar a educação financeira para uma melhor compreensão e percepção que somos capazes de enfrentar esse dilema e sairmos da pobreza levando em conta o contexto social, falta de qualidade de vida, violência, não atendimento de necessidades básicas, salário insuficiente, mas essas pessoas não sairão do estado em que estão se não souberem lidar com o dinheiro, motivando-as e estimulando-as quão grave é o consumo irresponsável.

Uma mudança de hábito para um bem estar social, econômico seria engajado nas aulas reforçando o respeito e o aprendizado do dinheiro, planejamento de ações, debates, palestras, propostas pedagógicas voltadas para o sentimento de pertencimento por parte dos alunos, um trabalho coletivo e interdisciplinar.

A educação gratuita é um direito garantido pela Constituição Brasileira. Segundo a lei, todos têm direito à educação sem discriminação, seguindo o princípio de igualdade e condições para o acesso e permanência na escola. No entanto, para garantir que esse direito seja assegurado é preciso que o Brasil invista na valorização do professor e no aprimoramento das escolas públicas.

A precariedade da educação pública brasileira é resultado de baixos investimentos, desvios de dinheiro público, baixa qualidade do ensino, desvalorização do professor, episódios de violência física e verbal dentro das escolas e falta de materiais adequados em sala de aula.

Estamos vivendo uma crise social em que os indicadores são notórios e o cenário político, econômico e social carecem de uma ética globalizada na mudança da natureza da operação tecnológica, mediante robotização e a informatização para construção de um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção do emprego instaurando a segurança pública, a paz social, um sistema judicial transparente, ágil e democrático e para isso é necessário que se dê o real valor à imaginação, às práticas lúdicas, ao multiculturalismo e às múltiplas linguagens pensando de forma autônoma, considerando as formas de organização do conhecimento escolar atual orientado para as transformações e promoção de inclusão social onde as Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação

Financeira Escolar precisam ocupar seu papel de destaque, propiciando o acesso às informações e a construção de saberes quando utilizados criticamente.

Primordial é a formação do aluno/cidadão que saberá gerir suas finanças podendo usufruir de uma vida econômica saudável alicerçada no investimento, planejamento, previdência, poupança, direitos e deveres, seguros, crédito e consumo.

Educação fiscal na escola tem um papel fundamental para fortalecer a democracia em nosso país tornando os cidadãos mais responsáveis e capazes de reivindicar seus direitos para o pleno desenvolvimento de um mundo mais justo e menos desigual. A cidadania transforma as relações sociais e garante a efetivação do direito à vida mais digna e justa para todos, enfatizando questões como desigualdade, fome, miséria, violência, vinculadas à sonegação fiscal, má utilização de recursos públicos e de uma administração incompetente.

É de suma importância elencarmos esse assunto promovendo discussão sobre cidadania e o que é ser cidadão, debates sobre orçamento familiar, conscientização e importância da preservação do patrimônio público, notas fiscais, consumo de água, dentre outros. Diante do exposto, propõe-se que possa ser promovida junto às escolas, a inserção de novo assunto temático, o da conscientização da responsabilidade fiscal de cada um de nós, a ser trabalhada transversalmente, visando trazer informações sobre como é importante estarmos atentos não apenas ao pagamento dos impostos, mas o que pode e deve resultar dessa nossa ação. Tal ensino pode ser desenvolvido via atos simples, tais como recorrendo a jogos, a representações teatrais, algo lúdico que simplifique e, ao mesmo tempo, demonstre claramente que os impostos pagos pelos cidadãos têm que ter retorno benéfico a toda a sociedade em que os mesmos são cobrados.

Seguindo essa linha, a Educação Fiscal, enquanto proposta educativa pode representar um novo caminho de enfrentamento para essa crise, na medida em que contextualiza o conhecimento sistematizado com a realidade na qual a comunidade escolar está inserida, em busca do bem-estar de todos, além de uma conscientização de desenvolvimento sustentável, isto é: planejado com base na utilização de recursos da comunidade, de forma a não esgotá-los ou degradá-los.

Nesse sentido há uma necessidade de ir além dos muros escolares. Segundo Dermeval Saviani,

A escola que historicamente é o palco e alvo da disputa de interesses específicos, que representam a organização dual da nossa sociedade, característica da economia, sob e no capitalismo, tem a função precípua de tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação no mundo, para intervir e promover sua transformação (SAVIANI, 1985, p. 41).

A Educação Fiscal estimula a mudança de valores, crenças e culturas dos indivíduos, na perspectiva da formação de um ser humano integral, como meio de possibilitar o efetivo exercício de cidadania e propiciar a transformação social.

O Programa Nacional de Educação Fiscal (2008) propõe-se a ser um instrumento de fortalecimento permanente do Estado democrático; contribuir para fortalecer os mecanismos de transformação social por meio da educação; difundir informações que possibilitem a construção da consciência cidadã; ampliar a participação popular na gestão democrática do Estado; contribuir para aperfeiçoar a ética na administração pública e na sociedade; harmonizar a relação Estado – cidadão; desenvolver a consciência crítica da sociedade para o exercício do controle social; aumentar a eficiência, a eficácia e a transparência do Estado; aumentar a responsabilidade fiscal; obter o equilíbrio fiscal; combater a corrupção; promover a reflexão sobre nossas práticas sociais; melhorar o perfil do homem público; atenuar as desigualdades sociais.

O Programa de Educação Fiscal (2008) é amplo e possui cinco áreas de abrangência, de modo que sejam atendidos todos os brasileiros, em qualquer estágio de sua vida: os estudantes do ensino fundamental, garantindo-lhes acesso aos conceitos da Educação Fiscal; os estudantes do ensino médio, com aprofundamento maior dos assuntos; os servidores públicos, num processo de sensibilização e envolvimento no Programa; os universitários, oportunizando o acompanhamento do cidadão em toda sua vida estudantil; a sociedade em geral, para abranger aqueles que não teriam a chance de voltar mais aos bancos escolares, utilizando de preferência as organizações a que pertencem como clubes, associações, sindicatos, clubes de serviço e ONGs, entre outras.

Nos anexos deste trabalho seguem algumas sugestões de tarefas que podem ser aplicadas na Educação básica para serem analisadas enquanto possíveis atividades de Educação Fiscal em Sala de Aula e para nossa reflexão.

## **7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Ensino de Educação Fiscal em Educação Financeira Escolar propicia subsidiar mudanças éticas na sociedade. Assim sendo, demonstra-se a essencialidade da educação à formação do indivíduo, visto que seu universo vai além dos conhecimentos escolares, alcançando outros saberes relevantes ao convívio social.

Educação Financeira entra no mundo escolar para ajudar o aluno a desvendar as chaves da organização social em torno do mundo financeiro, com vistas a prepará-lo para usufruir dos benefícios de tal organização, ao mesmo tempo em que procura ajudá-lo a se defender das armadilhas ao longo desse caminho.

Objetivou-se evidenciar que o papel da Educação Fiscal vai além de manifestar à pessoa a importância do tributo para a comunidade. Ela expressa valores fundamentais ao exercício da cidadania como pensar de forma autônoma, ser crítico e atuante na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

EDUCAÇÃO fiscal no contexto social. **Programa Nacional de Educação Fiscal**. 2. ed. Brasília, DF: ESAF, 2008.

OECD. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. OECD, 2005a. Disponível em: <<http://www.browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/product/2105101e.pdf>> Acesso em: 09 dez. 2018.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Directorate for Financial and Enterprise Affairs. 2005b. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>> Acesso em: 09 dez. 2018

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

SLATER, Don. **Cultura de consumo e modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.

SOUZA, Tânia Santos Coelho de. **Programa de Educação Fiscal – RS** Aprendendo a ser Cidadão. Apostila do curso de Metodologia de Projetos para Disseminadores de Educação fiscal. Porto Alegre, 2012.

SPINK, M. J. P. (Org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.



## Anexos:

### Educação Fiscal em Sala de Aula e para reflexão:

Fazer estudo dirigido em sala de aula uma vez por semana, para que instigue no aluno questionamentos e de forma contextualizada assuntos que possam estar vinculados à educação financeira com a finalidade de despertar que a educação fiscal é vivenciada cotidianamente. Fazer anotações e aprofundar nos temas mais polêmicos e elaborar projetos a serem desenvolvidos no decorrer das aulas. Sempre deixar com liberdade de resposta os alunos para que os mesmos sintam-se a vontade e protagonistas da educação fiscal.

### IMPOSTO

- Inicie a aula perguntando à turma se eles sabem o que são impostos.
- Será que eles pagam impostos?
- Quem é o leão do Imposto de Renda?
- Aliás, o que é o Imposto de Renda? Além do I.R., existem outros impostos?

### SALÁRIO MÍNIMO

- Quanto recebe por dia?
- Quanto recebe por hora?

Trabalhar a educação fiscal e levando a compreensão do aluno com relação ao salário mínimo, se já trabalha, quanto recebe por dia e instigá-lo se por dia recebe x, quanto é pago a hora do seu dia.

### ORÇAMENTO FAMILIAR/ SALÁRIO MÍNIMO/ APLICACÃO

Ao trabalhar orçamento fazer um levantamento dos dados obtidos e discutir assuntos relevantes para prepará-los e serem adultos conscientes financeiramente.

- Quantas pessoas trabalham?
- Como moram: aluguel ou casa própria?
- Onde e como se alimentam?
- Usam que tipo de transporte?
- Utilizam assistência médica particular ou pública?
- Estudam? A escola é pública ou privada?
- Quais os serviços utilizam? luz, água, telefone?
- Como se divertem?
- Compram roupas com frequência?

## **ATIVIDADES PEDAGÓGICAS**

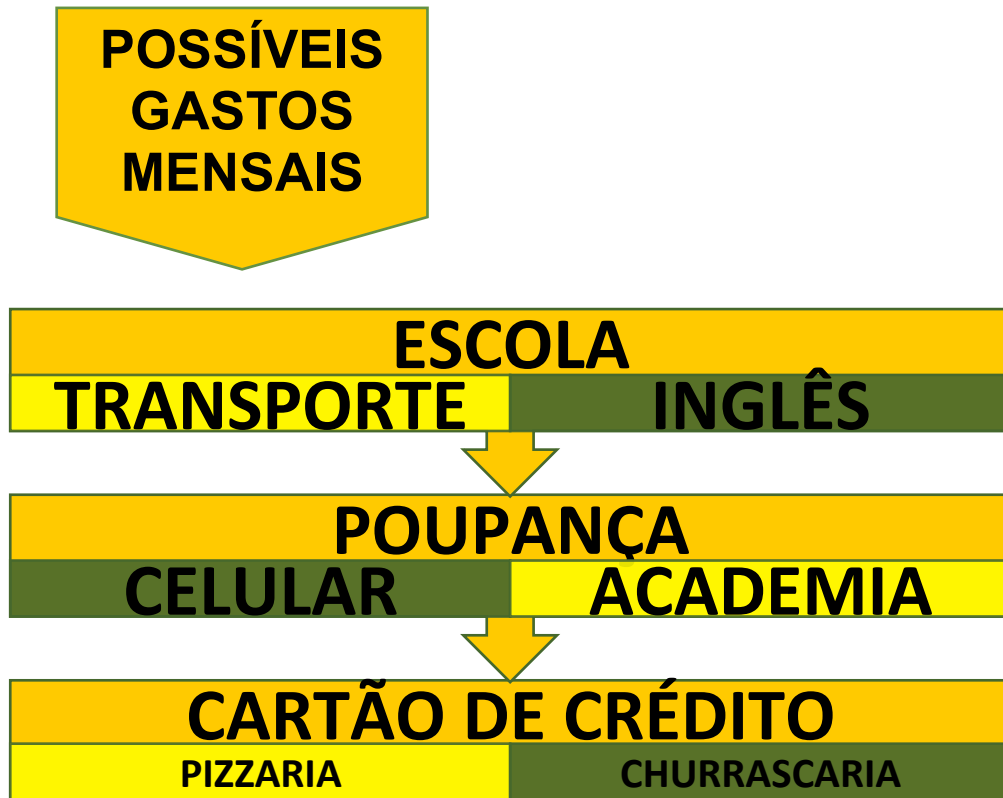
- Textos sobre tributos
- Passeatas de cidadania
- Produção de revistas e jornal
- Gincanas
- Paródias sobre educação fiscal

Envolver a escola toda com sugestões de atividades para uma maior conscientização da educação financeira abordando os temas estudados em forma de textos, passeatas, cartazes, jornais escolares, gincanas. Fazer do

## **COMO EMPREGAR O DINHEIRO**

- Venda a prazo ou à vista
- Verificar taxas de juros
- Parcelar ou aplicar o dinheiro

Simular situações e trabalhar dentro da sala de aula como empregar o dinheiro, fazendo com que o aluno tenha uma visão e conscientização maior sobre como gastar e economizar.



Fazer um planejamento familiar, orientando os alunos com a construção de uma planilha e anotar todos os gastos possíveis mensalmente e trabalhar a conscientização da educação financeira familiar, criando o hábito de anotações precisas e imprescindíveis para o próprio planejamento do futuro. Começando na escola e multiplicando a aprendizagem com divisão de responsabilidades em casa auxiliando na manutenção e cortes de gastos quando necessário, abrindo horizontes e tendo um novo olhar para o consumismo desenfreado.

## JOGO DO POUPA POUPA

Ensinar sobre os princípios básicos de educação financeira e como lidar com o dinheiro. Um jogo que pode ser montado para disciplinar e trabalhar a educação financeira para conhecimento do perfil do aluno: um aluno com visão futurista, um aluno consumista imediato, um aluno que tenha o sentimento de doação ou um aluno que faça um planejamento para apenas juntar seu dinheiro e poder gastar a médio prazo, mas em pouco tempo. Ao mesmo tempo que trabalha-se a educação financeira escolar, há uma sugestão de tarefas importantes que muito contribuirá para a cidadania. É um jogo, mas que desperta e motiva o cumprimento de tarefas por premiação e que ao final não importa o resultado e sim a contribuição para o

bom andamento da sala de aula, a aprendizagem que o jogo proporciona, o ser e não ter, o trabalho coletivo. Com o passar do tempo cada aluno vai sendo um personagem de acordo com seu perfil e que sofrerá mudanças de acordo com a conscientização em suas tomadas de decisões. De acordo com o professor, o jogo é livre e com atividades que possam ser aplicadas conforme o planejamento de atividades em salas de aula e executado como o professor assim desejar, mas sempre voltado para o exercício de cidadania e conscientização de ser educado financeiramente.

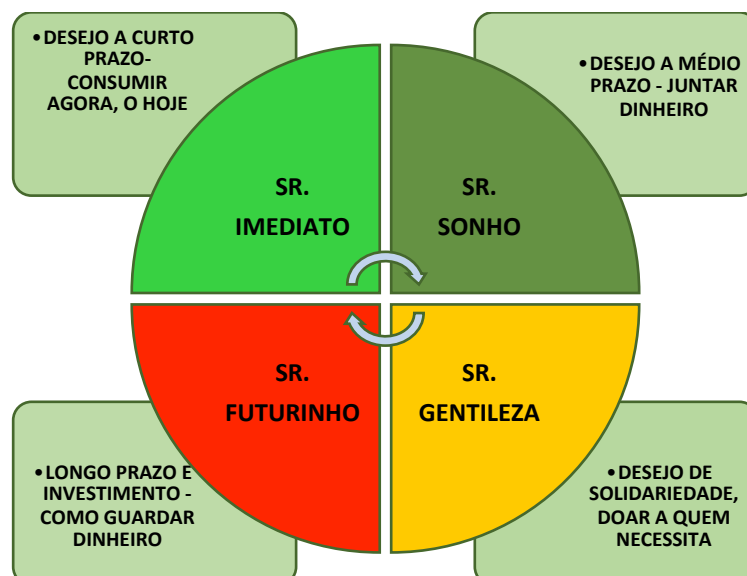
### REGRAS:

#### ETAPA 1: CONQUISTA

Monte um circuito com quatro tarefas que representem “o trabalho”. Os alunos devem realizar tarefas para as quais elas dediquem tempo e esforço. Cada tarefa corresponde a uma quantia de ESTALECAS (moeda fictícia).



#### ETAPA 2: ESCOLHA DO PERSONAGEM



## RODADA 1

A rodada começa no circuito de tarefas. Os alunos devem fazer as tarefas no menor tempo possível. Cada tarefa vale uma determinada quantia de estalecas. No final do circuito elas terão que decidir para qual personagem irá o dinheiro que elas ganharam.

Deve-se trabalhar a conscientização do dinheiro e seu objetivo, lembrando que o Sr. Futurinho tem rendimento e a importância de que gentileza gera gentileza.

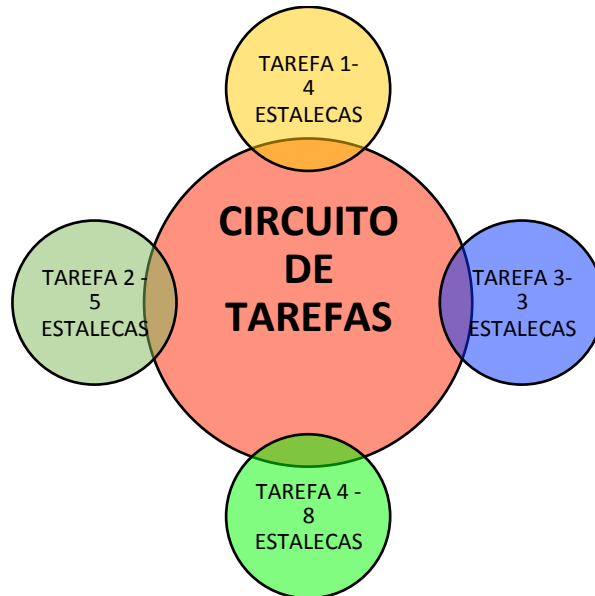
## RODADA 2

A cada rodada os alunos devem passar pelo circuito da conquista novamente e voltam para os personagens para descobrir como o dinheiro se comportou durante o tempo estipulado. Na segunda rodada, o Sr. Imediato tem metade do dinheiro colocado na primeira rodada. O Sr. Sonho tem a mesma quantia e o Sr. Futuro tem a quantia multiplicada pelo rendimento de 10%. Importante, o Sr. Gentileza deve ser obrigatório e comprovar de alguma forma o que foi feito com a doação recebida.

## RODADA 3

Ao final da terceira rodada os alunos vão descobrir que vale mais a pena investir o dinheiro no Sr. Futurinho e esperar ele render para conseguirem algo mais valioso com o tempo. Mas lembre-se: eles devem colocar uma quantia em cada personagem mesmo que a divisão não seja igual e 5% deve ir obrigatoriamente para o Sr. Gentileza.

## CIRCUITO DAS TAREFAS E PONTUAÇÃO DAS ESTALECAS



## SUGESTÃO DE TAREFAS

LER UM LIVRO

ORGANIZAR A  
SALA DE AULA

LIXO NO LIXO

NÃO  
DESPERDÍCIO

SER  
DISCIPLINADO

## PERSONAGENS



### SR. IMEDIATO

GASTAR TUDO AGORA. ESTOU FELIZ  
DEMAIS.

EX: LANCHE, PICOLÉ, BISCOITO,  
FIGURINHA.



### SR. SONHO

SONHAR COM O QUE AINDA NÃO  
POSSUO, POIS NÃO POSSUO AINDA.

EX: BONECA, BICICLETA, CARRINHO.



### SR. GENTILEZA

NÃO POSSO SER EGOÍSTA, SER  
SOLIDÁRIO COM O PRÓXIMO, AJUDAR  
A QUEM NECESSITA, TENHO  
BASTANTE E GENTILEZA GERA  
GENTILEZA.



### SR. FUTURO

ECONOMIZAR, POIS QUERO ALGO  
MUITO CARO

EX: VIAGEM PARA DISNEY, UM CARRO  
DE VERDADE, UMA CASA.